

Boletim do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal

Acessos em banda larga ultrapassam a marca de 50 milhões

O número de acessos em banda larga no Brasil ultrapassou a marca dos 50 milhões no mês de setembro. De acordo com levantamento da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), já existem no País 50,7 milhões de conexões à internet rápida. O ritmo de crescimento da banda larga tem se intensificado de maneira tão significativa que, no mês passado, um novo acesso foi ativado a cada segundo, ou mais precisamente 67 novas conexões por minuto.

Essa evolução do mercado brasileiro de internet rápida resultou ainda em mais uma quebra de recorde no ano. Em setembro, 2,9 milhões de novos assinantes passaram a integrar a base de clientes de banda larga, 60% acima da média mensal de 2011, que é de 1,8 milhão.

Desde o início de 2011 – de janeiro a setembro – 16,2 milhões de novos assinantes se somaram à base de clientes, o que representa um crescimento de 50% em relação ao mesmo período do ano passado, quando 10,8 milhões de novas conexões foram ativadas. Se considerarmos o período de um ano, o crescimento é de 64% frente a setembro de 2010, com 19,8 milhões de novas conexões.

Fixa e móvel - Do total de 50,7 milhões de acessos alcançados em setembro, 16,2 milhões são de conexões em banda larga fixa e 34,5 milhões em banda larga móvel. A banda larga fixa

ampliou sua base de clientes em 3,1 milhões de acessos, o que representa um crescimento de 24% nos últimos 12 meses. Se considerarmos os últimos dois anos, a evolução foi de 47%. O Brasil está entre os dez maiores mercados mundiais de banda larga fixa e, no primeiro semestre deste ano, foi o quarto país com o maior número de ações líquidas, de acordo com a consultoria Point Topic.

Já a banda larga móvel cresceu 94% nos últimos 12 meses, com 16,7 milhões de novos acessos. Do total de conexões móveis, 7,3 milhões são de modems de acesso à internet e 27,2 milhões de celulares de terceira geração (3G), que permitem conexão à internet. Se considerarmos os dois últimos anos, o crescimento foi de 440%, o que coloca o Brasil na oitava posição entre os países com maior base de acessos em banda larga móvel.

Essa evolução é fruto de um trabalho constante das prestadoras para ampliar a cobertura e a capacidade de suas redes. A infraestrutura de banda larga fixa está presente em todos os municípios brasileiros e as redes de 3G chegam a 1.691 municípios, onde moram 76,8% da população do País.

A expansão da banda larga no Brasil é resultado de pesados investimentos em telecomunicações, que só no ano passado alcançaram R\$ 17,4 bilhões. Neste ano, no primeiro semestre, os investimentos totais superaram R\$ 9 bilhões.

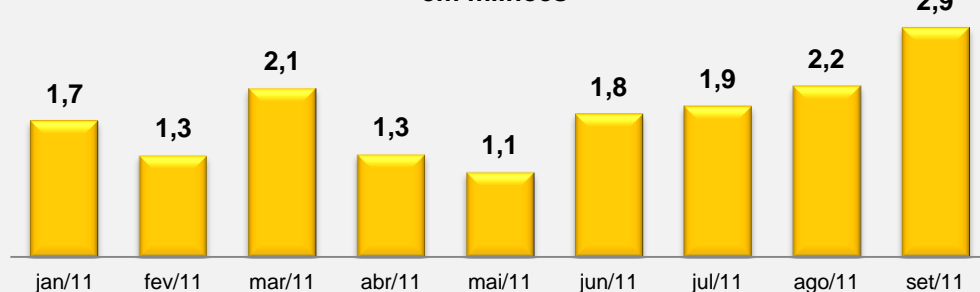
▶ A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) admitiu a terceirização de call center em telecomunicações. A decisão foi tomada no dia 19 de outubro, quando foi negado reconhecimento de vínculo de emprego de uma atendente de call center com a prestadora de telecomunicações Oi.

A decisão da Sétima Turma diverge do entendimento que vinha sendo firmado majoritariamente no TST, até o momento, de que o atendimento em call center de empresas de telefonia é uma atividade fim e, por isso, não pode ser terceirizado.

Segundo a assessoria do TST, o relator do processo, ministro Ives Gandra Martins Filho, disse ter levado em conta em sua análise jurídica os subsídios fornecidos pelos depoimentos de especialistas durante audiência pública sobre o tema promovida pelo TST no início do mês.

O ministro, a partir da análise das discussões ocorridas na audiência pública, disse haver dois tipos de terceirização: a de prestação de bens e serviços e de fornecimento de mão-de-obra. Ives Gandra Filho concluiu que o caso dos call centers se enquadra na prestação de serviços e, portanto, a terceirização é lícita.

Novas conexões ativadas em milhões



Estudo do CPqD avalia a possibilidade de uso do Dividendo Digital para serviços móveis

Estudo do CPqD sobre a utilização da faixa de 700 MHz, conhecida como Dividendo Digital, concluiu que o Brasil pode acompanhar a tendência mundial de destinação dessa faixa de frequências para os serviços móveis, sem causar prejuízo para a operação da TV digital. A conclusão consta do relatório Análise de Utilização do Espectro de 700 MHz, contratado pelo Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil).

O CPqD ressalta, no relatório, a existência no Brasil de uma demanda crescente por serviços de telecomunicações sem fio, especialmente de banda larga móvel. Para atender a esse aumento constante da demanda, as projeções da própria Anatel apontam para a necessidade de 980 MHz de espectro em 2015, acima do total de 759 MHz, que será destinado aos serviços móveis.

TV digital - O processo de digitalização das transmissões terrestres de televisão, por sua vez, também tem promovido mudanças no setor de radiodifusão. Pelo cronograma definido pelo governo, as transmissões de sinais em sistema analógico serão desativadas em 2016, o que permite a desocupação da faixa de 700 MHz.

Associado a isso, de acordo com o CPqD, na maioria dos municípios brasileiros (91%), apenas oito dos 57 canais de televisão disponíveis estão ocupados, o que facilita a destinação imediata desse espectro ocioso para outros fins. Segundo o estudo, apenas 2,6% dos municípios - incluindo as capitais e as cidades mais populosas - possuem mais de 16 canais em operação.

Segundo o CPqD, a faixa de transmissão hoje ocupada pela TV apresenta excelentes condições de propagação dos sinais. Se comparada com frequências mais altas, essa faixa possibilita um maior alcance e melhor recepção do sinal no interior de edificações.

Realocação - Entre as análises técnicas efetuadas pelo CPqD, chama a atenção o fato de que a atribuição de toda a faixa de 700 MHz, em caráter primário, para o serviço móvel dependeria, em primeiro lugar, de um remanejamento dos canais digitais entre 52 a 59, operação que pode ser realizada sem maiores dificuldades na grande maioria dos municípios, incluindo aqueles com alta ocupação desses canais. O estudo do CPqD está no site www.telebrasil.org.br.

SindiTelebrasil defende massificação da banda larga em fórum sobre internet

O Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil) defende a massificação dos serviços de banda larga no Brasil para atender a demanda da população por serviços de internet rápida. Esse entendimento foi reiterado durante participação da entidade no I Fórum da Internet no Brasil, que ocorreu nos dias 13 e 14 de outubro, em São Paulo.

Organizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), o Fórum teve a participação de vários segmentos da sociedade e permitiu a discussão de inúmeros temas relevantes. As discussões foram organizadas em seis painéis (trilhas) e abordaram assuntos como neutralidade de rede, a massificação da banda larga e o uso das faixas de radiofrequência.

Na trilha que discutiu Universalidade e Inclusão Digital, o SindiTelebrasil expôs sua preocupação em primeiro massificar os serviços de banda larga. Para se

chegar a 160 milhões de acessos em 2020, o que representaria a massificação dos serviços de internet rápida, com velocidades superiores a 12 Megabits por segundo (Mbps), seriam necessários investimentos superiores a R\$ 155 bilhões, considerando o compartilhamento total de infraestrutura.

A universalização da internet em um País das dimensões e complexidades do Brasil implicaria aporte estratosférico de recursos. Nos últimos 13 anos, desde a privatização das telecomunicações, o setor investiu ao todo R\$ 240 bilhões.

Para que seja possível a realização de investimentos de mesma magnitude nesta década, será necessário o estabelecimento de políticas públicas que incentivem o investimento privado e o fomento da demanda. Essas políticas devem considerar as diferenças regionais e dar tratamentos distintos a cada situação específica.

A utilização imediata e compartilhada da faixa de 700 MHz pelos serviços móveis e pela radiodifusão é tecnicamente possível e concilia os interesses das aplicações dos dois setores. O SindiTelebrasil entende que, além da viabilidade técnica, uma definição sobre a ocupação dessa faixa se torna necessária em função da crescente demanda do brasileiro por serviços sem fio.

O estudo Análise de Utilização do Espectro de 700 MHz – Etapa II, do CPqD mostra que em apenas 473 municípios brasileiros haveria a necessidade de *refarming*, já que a grande maioria das cidades não tem canais ocupados acima do canal 51, o que facilita a destinação imediata desse espectro para outro fim. Desse total de 473 municípios, segundo o CPqD, 377 possuem capacidade ociosa suficiente entre os canais 14 e 51 para receber os canais remanejados do Dividendo Digital, que vão do canal 52 ao 69.

Desse total, 83% terão a necessidade de remanejar apenas um ou dois canais e 17 municípios deverão realocar mais do que quatro canais.

Para a desocupação da faixa de 700 MHz, o CPqD identificou a necessidade de remanejamento de 423 canais digitais, entre o canal 52 e o 59, e 15 canais digitais entre o canal 60 e o canal 69. O estudo traz ainda três exemplos detalhados de *refarming* em municípios com perfis distintos de ocupação do espectro: Barreirinhas (MA), Araçatuba (SP) e São Paulo (SP), mostrando a viabilidade técnica da destinação do Dividendo Digital, mesmo em casos mais complexos. O estudo do CPqD está no site www.telebrasil.org.br.